



# Câmara Municipal

## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

**Projeto de Resolução nº 12/2024** - De autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal - Projeto de Resolução da Mesa Diretora da Câmara Municipal para criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas.

Em atenção ao referido documento, por ser legal e regimental, somos de parecer favorável à sua apreciação pelo Plenário.

### PARECER PELA LEGALIDADE E REGIMENTALIDADE

Plenário Dr. Durval Nicolau, 1 de agosto de 2024.

  
RUI NOVA ONÇA

  
MERCÍLIO MACENA BENEVIDES

HELDREIZ MUNIZ



Excelentíssimos Senhores  
Vereadores da Câmara Municipal de  
São João da Boa Vista - SP.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2024**

**“PROJETO DE RESOLUÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA  
MUNICIPAL PARA CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
POLÍTICAS PÚBLICAS”**

**A Câmara Municipal de São João da Boa Vista, RESOLVE:**

**Art. 1º - Criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas**

Fica criada a Comissão Permanente de Políticas Públicas, com a inclusão do inciso IX ao Art. 43 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, SP, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 43 - As Comissões Permanentes são as seguintes:**

(...) IX - **Comissão de Políticas Públicas.**

**Art. 2º - Inclusão do Art. 47-E no Regimento Interno**

Fica inserido o Art. 47-E no Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, SP, com a seguinte redação:

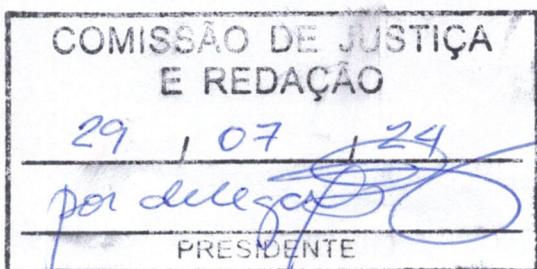
Art. 47-E - Da Comissão Permanente de Políticas Públicas

§1º - Competências da Comissão de Políticas Públicas

I - Acompanhar a execução orçamentária, monitorando a aplicação dos recursos públicos destinados às políticas públicas municipais;

II - Analisar e avaliar a eficácia e eficiência das políticas públicas implementadas pelo Executivo Municipal;

III - Propor melhorias e ajustes nas políticas públicas, com base em análises técnicas e evidências;



APROVADO EM VOTAÇÃO ÚNICA

5 / 8 / 24  
por delegação  
PRESIDENTE



IV - Realizar audiências públicas para ouvir a população, especialistas e demais interessados sobre as políticas públicas municipais;

V - Elaborar relatórios periódicos e um relatório final com conclusões e recomendações;

VI - Fiscalizar a gestão pública, verificando a legalidade, eficiência e eficácia dos atos administrativos.

§2º - Composição da Comissão

A Comissão será composta por, no mínimo, 03 membros, designados pela Presidência da Câmara ou por acordo entre os líderes partidários, conforme normas regimentais.

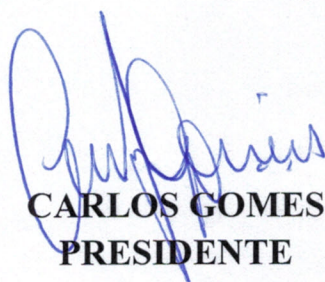
§4º - Execução dos Trabalhos da Comissão

A Comissão realizará audiências públicas, consultas a especialistas, visitas técnicas e análise de documentos pertinentes ao orçamento e às políticas públicas. Emitirá relatórios periódicos e um relatório final com conclusões e recomendações.

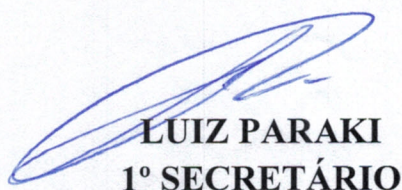
**Art. 3º - Disposições Finais**

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 18 de julho de 2024.



**CARLOS GOMES**  
**PRESIDENTE**



**LUIZ PARAKI**  
**1º SECRETÁRIO**



## JUSTIFICATIVA

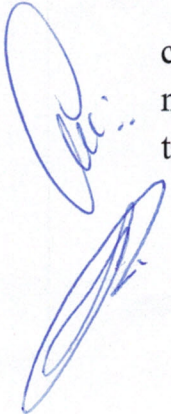
A criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas na Câmara Municipal é uma medida essencial para aprimorar o acompanhamento, a fiscalização e a transparência na aplicação dos recursos públicos e na implementação das políticas públicas municipais. Esta iniciativa está em conformidade com as determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), que nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 apontou a ausência de um setor ou comissão específica para esta finalidade.

De acordo com os artigos 70 e 166, §1º, inciso II da Constituição Federal, é competência do Legislativo exercer o controle externo sobre as contas públicas e as políticas orçamentárias, assegurando a transparência e a eficiência na utilização dos recursos públicos. Neste contexto, a criação da Comissão de Políticas Públicas é imperativa para preencher a lacuna existente e garantir que as políticas públicas municipais sejam continuamente avaliadas e ajustadas conforme os interesses da população.

A Comissão de Políticas Públicas terá a responsabilidade de acompanhar a execução orçamentária, monitorando a aplicação dos recursos destinados às políticas públicas, e de analisar a eficácia e eficiência dessas políticas. Além disso, a comissão promoverá audiências públicas, consultas a especialistas e a realização de visitas técnicas, assegurando uma abordagem participativa e transparente na avaliação das políticas públicas.

A inserção do Art. 47-E no Regimento Interno, detalhando as competências, a composição, o prazo de funcionamento e a execução dos trabalhos da Comissão, proporcionará uma estrutura formal e clara para a operacionalização dessa nova comissão. A composição diversificada e técnica dos membros garantirá uma análise aprofundada e imparcial das políticas públicas municipais.

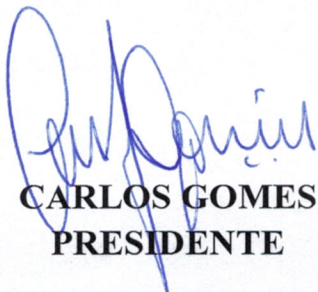
Portanto, a criação da Comissão Permanente de Políticas Públicas contribuirá significativamente para o aprimoramento da gestão pública municipal, fortalecendo o controle externo, a participação cidadã e a transparência na administração pública. A Mesa Diretora da Câmara Municipal



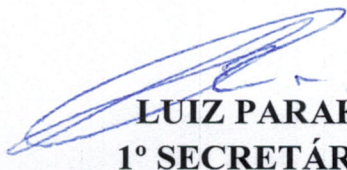


de São João da Boa Vista, SP, acredita que esta iniciativa resultará em uma aplicação mais eficaz e eficiente dos recursos públicos, atendendo aos objetivos previstos no orçamento municipal e promovendo o bem-estar da população.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 18 de julho de 2024.



**CARLOS GOMES**  
**PRESIDENTE**



**LUIZ PARAKI**  
**1º SECRETÁRIO**



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12/2024, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL, QUE ALTERA A REDAÇÃO DE SEU ART. 2º, QUE MODIFICA O TEXTO DO §2º, DO ART. 47-E, A SER INCLUÍDO NO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS.

Art. 1º- Fica alterada a redação art. 2º, do Projeto de Resolução nº 12/2024, especificamente no que se refere ao texto a ser inserido no §2º, do art. 47-E do Regimento Interno da Câmara Municipal, que passará a vigorar com a seguinte redação:

*“§2º - Composição da Comissão*

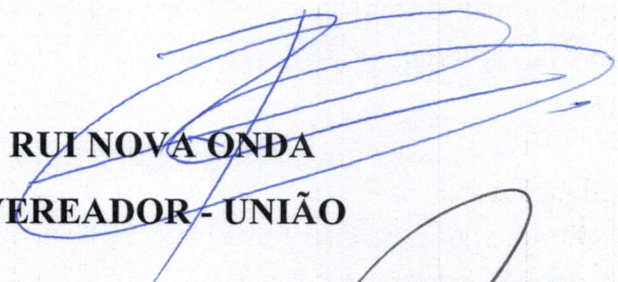
*A Comissão será composta por, no mínimo, 03 membros, designados, no ato de sua criação, pela Presidência da Câmara, cujos membros exercerão seus mandatos até o término da legislatura vigente no momento de sua constituição. Para os próximos mandatos, a eleição de seus membros seguirá o que prescreve o Regimento Interno, tal como ocorre para a formação das demais comissões permanentes”.*



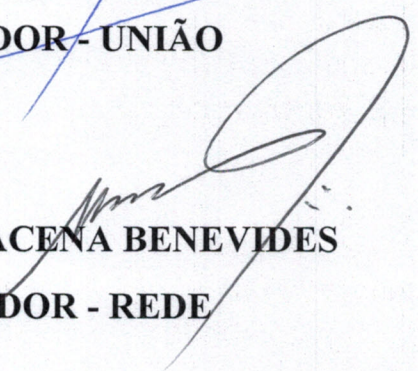
## JUSTIFICATIVA

O dispositivo que está sendo modificado tem por objetivo tornar clara a excepcionalidade da adoção de um rito distinto do que prevê o Regimento Interno desta Câmara Municipal, uma vez que o momento da criação desta Comissão Permanente de Políticas Públicas se dá no segundo semestre do término da 2ª Legislatura, sendo necessárias as designações no momento presente para dar validade e efetividade à Comissão, a fim de assegurar o interesse público relativo ao regular cumprimento das políticas públicas no âmbito deste município. Ressalta-se que apenas a designação de criação seguirá o rito excepcional, devendo-se respeitar às disposições do Regimento Interno para a criação das demais Comissões Permanentes no momento do início da legislatura subsequente à sua criação.

Sendo assim, apresentamos esta Emenda Modificativa e contamos com a colaboração da Casa para a sua aprovação em Plenário.



**RUI NOVA ONDA**  
**VEREADOR - UNIÃO**



**MERCÍLIO MACENA BENEVIDES**  
**VEREADOR - REDE**